

A educação rural no contexto das lutas do MST

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

UFSCar

RESUMO: Embora constitua uma problemática antiga, a educação no meio rural continua a apresentar grandes e graves dificuldades ainda não solucionadas pelo nosso sistema escolar. Prova disso, é que de acordo com pesquisa divulgada pelo INEP, em outubro de 2003, na zona rural, 29,8% dos adultos ainda engrossavam a massa de analfabetos, enquanto que no setor urbano esse número caía para 10,3%. Por outro lado, no campo, apenas 23% dos alunos de 10 a 14 anos estavam matriculados nas séries adequadas à sua idade, índice que chegava a 47% nos setores urbanos, demonstrando tanto a inadequação do ensino como das formas de investimento no meio rural. Neste texto, discuto tanto a problemática daí decorrente, quanto os vários mecanismos que tem levado esse setor a aumentar ainda mais o grau de exclusão a que está submetido o trabalhador do campo, visto que os dados apresentados pelo INEP, demonstram tanto as dificuldades encontradas no que diz respeito à infra-estrutura, como a situação de precariedade a que essas escolas são abandonadas. Discuto ainda, os efeitos da privatização do ensino como um mecanismo que dificulta ainda mais o acesso dos jovens trabalhadores ao ensino superior. Por fim, busco demonstrar os limites desse processo educacional que mantém o trabalhador rural afastado do ensino superior e por consequência dos mecanismos de desenvolvimento da sua condição sócio-cultural.

Palavras-chave: *trabalhador rural; educação rural; analfabetismo; escolas rurais; ensino público.*

ABSTRACT: Although it constitutes an ancient problematic, the education on the rural belt keeps presenting big and serious difficulties still not decided by our educational system. According to researches published by INEP, in October of 2003, in the rural belt, 29,8% of the adults still thickened the illiterate mass, while in the urban region this number declines to 10.3%. On the other hand, in the rural belt, just 23% of the students with ages between 10 and 14 years old were matriculated on the suitable series to their age, number that goes to 47%, on the urban way, showing the inadequateness as in the education as in the form of rural belt investments. In this text, I discuss as the therefore elapsed problematic as the several mechanisms that has carried this group to increase still more the degree of exclusion that is submitted the rural worker, accepted that the datum given by INEP shows as the difficulties found regarding the structure, as the situation of precariousness that this schools are left. I discuss also the effects of educational privatization like a mechanism that makes difficult the young workers' access to university. Finally I'll show the limits of this educational process that keeps the rural worker out of the university, by consequence of the mechanisms of development of its social cultural condition.

KEYWORDS: RURAL WORKER; RURAL EDUCATION; ILLITERATE; RURAL SCHOOLS; PUBLIC EDUCATION

A educação rural no contexto das lutas do MST

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

UFSCar

Em outubro de 2003, foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) alguns dados sobre a realidade da educação brasileira no campo, demonstrando as enormes desigualdades entre a população que habita essa zona e aquela que vive no meio urbano, tanto no que diz respeito à infra-estrutura quanto na qualidade do que lhe é oferecido em termos educacionais. Segundo o INEP, no período de realização da pesquisa (2002), entre os habitantes da zona rural, 29,8% dos adultos podiam ser classificados como analfabetos, enquanto que no setor urbano esse número caía para 10,3%. Este estudo aponta ainda que, no campo, apenas 23% dos alunos de 10 a 14 anos estavam matriculados nas séries adequadas à sua idade, índice que chegava a 47% na cidade, o que pode servir de indicativo da inadequação do ensino e dos investimentos realizados no meio rural.

Outro dado que serve como parâmetro diferenciador dessa escolaridade é aquele que aponta o tempo médio de permanência na escola, pois enquanto o morador da zona rural na faixa dos 15 anos ou mais apresentava uma média de apenas 3,4 anos, no meio urbano esse índice subia para 7 anos. Além disso, no campo, cerca de 60% das crianças do meio rural estavam cursando as primeiras quatro séries do ensino fundamental, terminando aí sua participação na vida escolar.

As diferenças entre a educação dos filhos dos trabalhadores rurais e do homem citadino se ampliam ainda mais quando consideramos a infra-estrutura disponibilizada para ambos, visto que as escolas rurais são submetidas a situações bem mais precárias. Prova disso, é o fato de somente 5,2% das escolas da zona rural possuírem bibliotecas, enquanto que na zona urbana esse percentual sobe 58,6%.

Ao observarmos os fatores ligados ao setor de informática, constatamos que esses dados são ainda mais aterradores, visto que apenas 0,5% das escolas rurais possuem computadores, contra 27,9%, no meio urbano. Esses dados nos possibilitam uma melhor compreensão da situação de penúria a que está submetido o trabalhador rural no que diz respeito ao processo educativo.

Outro importante ponto a ser destacado, neste estudo, diz respeito à formação dos docentes para a zona rural. Ainda de acordo com a pesquisa do INEP, lecionam em escolas da zona rural brasileira cerca de 354 mil professores, ou seja, nesse setor estão presentes cerca de 15% de todos os docentes do país. Se considerarmos que o campo conta com um contingente de 20% da população brasileira, isso nos levará necessariamente a concluir que muitos habitantes do campo são obrigados a se deslocarem até a cidade para obter estudos, já que segundo a mesma pesquisa, o campo concentra cerca de 50% dos estabelecimentos de ensino de educação básica. (107 mil) com apenas 14% dos estudantes. Tais escolas são, geralmente, pequenas e com um único professor que trabalha com turmas multisseriadas.

Em função dessas características, o quadro de carência de pessoal docente qualificado para o meio rural torna-se ainda mais crítico do que aquele presente na zona urbana, dado que apenas 9% dos professores que atuam nas séries iniciais do ensino

fundamental nessa área têm formação superior, enquanto que no meio urbano esse contingente, em 2002, representava um total de 38%.

Esses dados analisados por região nos revelam uma situação ainda mais gritante, uma vez que no Norte do país, menos de 1% dos professores das séries iniciais do ensino fundamental tinham cursos de graduação enquanto que na Região Sul esse número se elevava para 23%. Por outro lado, na região Norte, a quantidade de docentes leigos, neste nível de ensino, era de 12%, enquanto na região Sul esse número caía para 4%.

Esses números ficam mais explícitos à medida que analisamos o investimento global na educação brasileira, já que o gasto público nesse setor não ultrapassa a casa dos 4% do Produto Interno Bruto (PIB), quando o considerado ideal por muitos membros do próprio governo é que ele deveria chegar a pelo menos 8% até 2011, com vistas a atender o que está estabelecido no Plano Nacional de Ensino (PNE).

Essa exposição preliminar foi necessária para apontar algumas das dificuldades por que passa a educação no campo brasileiro e em especial para aqueles que atuam junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Considere-se que em qualquer sociedade o homem é necessariamente levado a pensar de acordo com o modo de produção desenvolvido no momento em que ele está vivendo, pois a maneira como nos organizamos para produzir a nossa sobrevivência determina nossa forma de pensar e agir socialmente, fazendo com que nos tornemos seres situados no tempo e no espaço. Partindo desse princípio, não é difícil compreender que a educação está ligada ao modo como os homens produzem sua sobrevivência. Assim, teremos que compreender a produção do sistema capitalista, para que possamos entender nossas formas de pensamento.

Não é nosso objetivo discutir aqui as várias facetas do capitalismo em suas formas mercantilistas, industriais, nem tampouco enfatizar produção e circulação de mercadorias. Mas é importante entender esse processo produtivo, visto que foi a partir do surgimento do modo de produção capitalista que, segundo Marx, a sociedade se dividiu em classes. O ponto de partida de nossa análise é, portanto, a sociedade dividida em classes e as lutas provocadas pelos interesses daí decorrentes.

A educação, por não ser neutra, atende aos mais variados interesses políticos, econômicos e sociais, estando presente desde a montagem do currículo escolar até a discussão em torno do que deve ser estudado, quem deve estudar e como se deve estudar. Por outro lado, as informações que recebemos também não são neutras, pois as agências de informações distribuem as que lhes interessam, omitindo aquilo que consideram “desnecessário” que a sociedade em geral saiba. Com isso, a sociedade em geral e o trabalhador, em particular, recebem somente alguns fragmentos de informações, bastantes distorcidos, visto que essas são passadas de acordo com os interesses de quem as divulga, dificultando sua apreensão como base para a construção do conhecimento.

Feitas essas considerações, passaremos a discutir a importância da contribuição que o MST vem dando para o debate em torno da educação no meio rural, pois, embora haja uma vasta produção em torno da questão educacional, a pesquisa a respeito do trabalhador que luta e conquista a terra e que busca dar a essa luta um caráter educativo ainda está por ser feita.

Por outro lado, é preciso considerar que mesmo trazendo em seu interior, tanto no discurso quanto na prática, um grande número de contradições internas, o MST é, sem dúvida, o mais importante movimento de luta no último quarto do século XX e início do XXI no Brasil e tem trazido para a discussão tanto o problema agrário quanto o problema

educacional, considerados por seus líderes como os dois principais instrumentos de transformação da classe trabalhadora deste país.

Além da crença na transformação da realidade do homem do campo e da classe trabalhadora como um todo, o MST, inspirado em pedagogos escolanovistas e socialistas, sobretudo em Makarenko, advoga a construção de um novo modelo de homem, formado a partir de uma rígida disciplina e preparado para a luta em defesa de seus interesses. O MST luta também por uma educação destinada exclusivamente ao homem do campo, acreditando que essa educação poderia ser capaz de fixar o homem à terra, fazendo aí a apologia de uma nova forma de ruralismo pedagógico.

Ao defender a metodologia adotada por Paulo Freire como ideal pedagógico, o MST passa a defender a idéia de que a educação pode se transformar num fator de equidade social, pois a entende como a redentora dos males sofridos pelo homem do campo, à medida em que este vier a se tornar um sujeito culto e capaz de conduzir seu próprio destino. Em vista disso, a educação praticada no interior do MST tem como ponto fundamental a figura do cidadão-militante¹. Buscando resgatar a idéia de cidadania como forma de aprofundar o vínculo de seus professores com o Movimento, criou-se a escola de formação de professores do MST, localizada na cidade de Veranópolis no Rio Grande do Sul.

Para melhor entender esses aspectos da formação geral no MST, temos que compreender que a problemática da educação tem sido amplamente discutida por diferentes grupos, com interesses sociais diversos, tratando sobretudo das dificuldades do ensino nesse segmento e de sua inadequação para o meio a que se destina, visto que o ensino pensado e construído para o meio urbano é aplicado ao meio rural, sem que se faça qualquer adaptação.

A literatura que trata especificamente sobre o tema no meio acadêmico, além de bastante restrita, gira quase sempre em torno da educação nos acampamentos e assentamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, visando analisar mais o processo de produção e de formação política que o de educação, o que de certa forma dificulta o desenvolvimento de qualquer pesquisa que trate da discussão em torno da formação do cidadão-militante almejado pelo MST.

No final dos anos 80 do século XX, estudos realizados por Marcela Gajardo (1988, pp. 19-20) apontavam que um dos principais problemas da educação rural decorria do fato de que ela foi sempre pensada como uma forma de elevar o nível educativo da população rural sem escolaridade ou com escolaridade incompleta e não como um programa global de atendimento às crianças da zona rural. Por não levar em conta a realidade do setor a que se destina, este tipo de educação vem contribuindo para dificultar ainda mais o aprendizado das crianças em idade escolar que habitam no campo sem se perceber nos órgãos do Estado, responsáveis por essa área, a preocupação de se construir uma proposta educacional geral para este setor.

Esse problema, porém, não se restringe ao Brasil, visto que o analfabetismo no meio rural pode ser apontado como o grande problema dos países menos desenvolvidos. Para solucionar os problemas do campo - entre eles a educação - a reforma agrária

¹ Cidadão que luta para conquistar seus direitos e que permanece na luta após ver suas reivindicações atendidas, sobretudo porque entende que os direitos políticos e sociais devem ser estendidos a toda a população.

constitui-se num pré-requisito básico, pois este setor, via de regra, não faz parte da dotação orçamentária dos Estados, ficando à mercê dos orçamentos da escolarização urbana, o que dificulta ainda mais as formas de viabilização da educação no campo.

Maria Helena Rocha Antuniassi (1983, p. 24) apontava como uma das dificuldades apresentadas para a resolução da problemática da educação rural o fato de que a “mão de obra infanto-juvenil aparece como parte da unidade familiar de trabalho”, já que a criança desde cedo ingressa no trabalho, diminuindo a disponibilidade de tempo para dedicar-se ao estudo, mesmo considerando-o de grande importância.

Antuniassi (1983, p. 37) ressaltava ainda que a preocupação da academia com a problemática educacional muda com o passar dos tempos. Assim, na década de 60 preocupava-se com a questão do trabalho familiar; na década de 70, a grande preocupação foi com o trabalho assalariado. Hoje, a tendência é estudar as relações de trabalho a partir da luta pela terra, apesar de ainda ser pequena a produção acadêmica a respeito desse tema.

Essa discussão torna-se mais importante à medida que constatamos que, apesar de ser um dos maiores territórios do planeta e possuir uma das mais extensas áreas agricultáveis do mundo, o Brasil não resolveu os inúmeros problemas criados com a má distribuição de terras e as altas taxas de exclusão social entre seus habitantes. Essa dificuldade de solucionar os problemas que envolvem a distribuição, posse e propriedade de terras foi geradora de intensos conflitos ao longo da história do Brasil, desde a chegada dos portugueses à América e da introdução do processo de colonização destas terras.

Esses conflitos iniciaram-se com o processo de extermínio dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que se realizava o deslocamento de grandes massas populacionais da África para a América, através do tráfico de negros trazidos na condição de trabalhadores escravos a serviço do capital europeu. Esse modelo de colonização, executado no Brasil no bojo do capitalismo nascente, ocasionou problemas que até hoje não foram resolvidos e deram origem a uma série de lutas que se estende desde o período colonial até nossos dias, possibilitando o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento que diz defender uma proposta socialista ao mesmo tempo em que aceita as políticas reformistas dos governos de plantão. Neste contexto, é necessário destacar que a luta dos trabalhadores rurais sem terra não é recente, assim como não é recente a luta por uma educação pública, gratuita e de boa qualidade. A maneira, porém, como o MST aborda estas questões as fazem novas, principalmente por tentar relacioná-las entre si.

Mesmo sendo considerado como um dos movimentos mais importantes do Brasil, o MST, em que pese se reivindicar um caráter revolucionário, acaba assumindo posturas conservadoras, ao atribuir à educação uma função redentora dos males vividos por nossa sociedade. Seus dirigentes colocam num mesmo patamar a necessidade de se fazer a reforma agrária e o investimento na educação. Para o MST, a conquista da terra de nada adiantará se não vier acompanhada de uma educação de classe voltada para os interesses dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores rurais em particular. A conquista da educação é para o MST um primeiro passo para a construção da sociedade socialista almejada por toda a classe trabalhadora.

Apesar das contradições existentes no interior do MST, esse movimento tem assumido e se destacado na tarefa de trazer à tona os conflitos sociais vividos no Brasil, buscando vislumbrar a possibilidade de construção de uma sociedade diferente, uma sociedade em que, segundo seus líderes, deve ter como base a solidariedade fraterna entre

as pessoas, eliminando-se a relação de exploradores e explorados existente no modo de produção capitalista.

Na leitura dos trabalhos publicados pelo MST e nas discussões de seus dirigentes, quer através do **Jornal Sem Terra**, quer na **revista Sem Terra**, ou em sua página na internet, bem como nos jornais e revistas de circulação nacional, percebe-se que o MST reivindica uma educação que possibilite integrar a criança e o jovem ao trabalho através de uma escola que dê a formação necessária para que jovens e adultos possam assumir a condição não somente de dirigentes das cooperativas, mas também de luta rumo à construção de uma sociedade socialista.

Essa sociedade seria construída através da conquista da terra e da educação e deveria ser dotada de um novo modelo de organização social, com um caráter revolucionário. Nesse sentido, tanto os membros do MST como alguns intelectuais da esquerda, a exemplo do economista Paulo Sandroni, atestam que o MST é um movimento revolucionário e que:

é essa força social que luta pela terra que representa o principal aliado do proletariado urbano e rural na luta pela democracia e pelo socialismo. A base objetiva dessa aliança é que os trabalhadores e as massas populares das cidades defendem em toda a linha as duas reivindicações básicas desse setor social: a terra e a liberdade de organização, associação e expressão (SANDRONI, 1993, p. 154).

Para Stédile (1993:275), no entanto, “*o capitalismo agrário produz necessariamente o empobrecimento e a proletarização dos pequenos agricultores*”, daí a necessidade de se construir uma nova forma de organização social que evite e supere estes problemas e promova o bem estar social entre os homens. Sendo assim, pode-se aferir que os trabalhadores rurais sem terra que compõem o MST são pessoas que perderam a terra e buscam através da luta desencadear um processo de reforma agrária que, segundo o MST, é inexorável. Através dessa reforma agrária, o MST pretende solucionar os problemas que no Brasil estão presentes desde o período da colonização e que isto deve se dar, sobretudo, através de um processo de ocupação de terras planejado e organizado de forma disciplinada e controlada pelas lideranças do Movimento.

A disciplina e a mística desenvolvidas no MST constituem-se em dois mecanismos que servem de estímulos para a luta no combate à concentração de terras e à exclusão social presentes na sociedade. Procura-se combater também o trabalho escravo e a exploração do trabalho infantil, entendidos como dois fatores que impedem a liberdade do homem e dificultam a construção da sociedade socialista.

Para o MST, essa sociedade seria construída através da perspectiva educacional, desde que a educação fosse posta a serviço da classe trabalhadora e, particularmente, dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, o MST tem buscado desenvolver algumas experiências educativas que considera inovadoras, sobretudo no que diz respeito à prática de gestão democrática que se vem tentando construir nas escolas em que consegue influenciar. Esse trabalho educativo tem sido desenvolvido com êxito, visto que o setor de educação do Movimento consegue atingir grande número de analfabetos, que jamais teriam oportunidade de acesso à escola no meio rural se não fosse sua participação nas fileiras do MST.

Sem poder contar com a ajuda oficial dos governos durante o período de acampamento, exceto no Rio Grande do Sul, em que foi instituída a escola itinerante, o MST tem que encontrar alternativas próprias para manter as crianças estudando, pois,

durante esse período, o Estado não reconhece o direito de cidadania das pessoas que ali estão, alegando que isso seria reconhecer como legítima a ocupação de terras. Caso o MST não assumisse esse papel, as crianças ficariam condenadas a perder o período escolar. Daí a grande importância do setor educacional no interior do MST, notadamente no período de acampamento.

Visando implantar seu projeto sócio-político, o MST tem assumido a organização da luta pelo acesso e qualidade da educação pública, lutando ao mesmo tempo pela democratização de sua gestão. Tem ainda investido na formação dos educadores e reivindicado mudanças nos conteúdos da educação rural. Para o MST, é de fundamental importância que os filhos dos agricultores permaneçam no campo, que dêem continuidade à luta pelo acesso à terra, partilhando as tradições e o projeto social do movimento. Em outras palavras, a luta por uma reforma agrária e por uma sociedade socialista não deve parar jamais, pois somente assim se construirá o homem novo almejado pelo movimento. A educação é considerada fundamental nesse processo.

Partindo desses princípios, o MST reivindica do Estado que a escola pública do meio rural seja pensada e organizada para o trabalho no campo, dando a mesma ênfase para o trabalho manual e o trabalho intelectual, rompendo assim com a dicotomia social do trabalho intelectual para uma classe e o trabalho braçal para outra. O MST entende, portanto, que, partindo da prática produtiva para o trabalho científico, estaria fazendo uma relação dialética entre teoria e prática.

A autonomia da escola pública não deve significar a impossibilidade da existência de um currículo mínimo a ser seguido por todas as unidades escolares, mas a administração escolar deve ser descentralizada e estar sob o controle dos trabalhadores que se utilizam dessa escola. A discussão a respeito do que seria uma gestão democrática da educação também não está totalmente concluída, embora o MST venha incentivando a participação das comunidades nas escolas, entendendo que estas devam ser geridas por coletivos formados por professores, pais e também pelos educandos que são os maiores interessados nos destinos da escola e da educação em geral.

Com relação à formação do cidadão-militante, o Movimento entende que esta deva se dar na luta do dia-a-dia, nos processos de ocupação de terras, na organização para o enfrentamento da repressão policial, na distribuição das tarefas dos acampamentos e no processo de negociação com os governos em todas as suas instâncias administrativas. Essa educação deverá, segundo o MST, ter tanto um caráter formal quanto informal, pois, mais do que o acesso à informação, o Movimento entende ser importante a luta pela escola, visto que esse é um direito do cidadão, do qual ele jamais deve prescindir.

A autogestão é uma das práticas mais estimuladas pelo MST, pois além de o aluno aprender a gerir a escola, transformando-a num instrumento democrático a serviço da classe trabalhadora, também aprende a gerir as cooperativas e associações criadas e mantidas pelos assentados, como forma de organizar a produção e distribuição de suas mercadorias.

Com relação à educação, o MST tem buscado dar respostas à ausência do Estado no campo, bem como tem procurado implementar uma nova forma de gerenciamento da escola pública, ao propor que o Estado apenas cuide de sua manutenção e financiamento, mas que a comunidade, composta por pais, alunos e professores sejam responsáveis por sua organização.

O MST luta ainda por uma educação voltada para o trabalho, onde a criança possa trabalhar meio período e estudar a outra metade do dia. Há forte estímulo para que seus integrantes assumam a gestão das escolas e que lutem para que elas se adequem às necessidades do meio rural, propondo de certa forma um retorno ao ruralismo pedagógico, como já ocorreu no país na primeira metade do século XX.

Segundo o MST, uma das lições que se pode tirar de sua história até aqui é a de que lutar somente pela terra não basta. A luta pela Reforma Agrária deve ser bem mais ampla, implicando na conquista de todos os direitos sociais que compõem o que se poderia chamar de cidadania plena. Nesta perspectiva, a Educação é um destes direitos, pelo qual também é preciso mobilização, organização e lutas. É sempre compreendida como processo que deve envolver a participação das crianças, das mulheres, da juventude, dos idosos, construindo novas relações e consciências, incluindo a participação nas marchas, assembleias, cursos, caminhadas, trabalhos voluntários, gestos de solidariedade, ocupações, mobilizações, visando que se aprenda e ensine, além do alfabeto, o ato de ler e escrever a realidade e a vida.

De acordo com informações disponibilizadas no site do MST, o Movimento conta “com um universo de 1.800 escolas de Ensino Fundamental, atendendo a cerca de 160 mil crianças e adolescentes que freqüentam escolas em acampamentos e assentamentos” (mst.org.br/educação, 30/03/04). Apesar disso, o número de crianças e adolescentes fora da escola ainda é muito grande, ou porque a escola ainda não é reconhecida como um direito, ou porque, de acordo com o MST, não se respeita uma proposta de currículo adaptada às necessidades dos filhos dos trabalhadores rurais.

A importância do trabalho do MST aumenta à medida que se verifica que este movimento trabalha diretamente com “cerca de 3.900 educadores, além dos 250 educadores que trabalham nas Cirandas Infantis, na educação de crianças de zero a 6 anos”, presentes nos assentamentos e acampamentos de trabalhadores sem terra. Além desse universo de professores e alunos, o Movimento afirma contar ainda com “cerca de 3 mil educadores de alfabetização de jovens e adultos, que atingem cerca de 30 mil alfabetizando. Alguns educadores fazem trabalhos voluntários, outros são mobilizados pelos projetos em parcerias” (mst.org.br/educação, 30/03/04) com ONGs e estados ou municípios, contribuindo para retirar das estatísticas dos analfabetos do país uma imensa massa de marginalizados.

Ainda de acordo com as informações do MST, as escolas instaladas nos assentamentos são mantidas pelo poder público, situação que, via de regra, não ocorre nos acampamentos, local em que esse direito ainda não foi devidamente reconhecido em todo o território nacional, embora esteja entre seus objetivos essa garantia. Cumpre destacar, porém, que no Estado do Rio Grande do Sul, este direito já está assegurado desde 1996, através da aprovação pelo Conselho Estadual de Educação da Escola Itinerante, que atende crianças de 7 a 12 anos, de 1ª a 5ª séries, acompanhando o aluno para onde for o acampamento.

Ainda segundo o MST, o Movimento quer assegurar o direito à educação básica e à construção de uma escola, de uma pedagogia, de metodologias e de práticas educativas adequadas à realidade do meio rural e dos assentamentos. Para tanto, defendem que as escolas dos assentamentos devam ser escolas públicas e de qualidade e contar com alguns princípios filosóficos, dos quais destacamos os seguintes:

1. educação para a transformação social;

2. educação aberta para o mundo, aberta para o novo;
3. educação para o trabalho e a cooperação;
4. educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana (mst.org.br/educação, 30/03/04).

Segundo o MST, esses princípios filosóficos dizem respeito à sua concepção de mundo, em relação à pessoa humana, à sociedade e aos que entendem o que seja educação. A esses princípios filosóficos devem ser acrescentados alguns princípios pedagógicos, dos quais destacamos:

1. relação permanente entre teoria e prática;
2. realidade como base da produção do conhecimento;
3. conteúdos formativos socialmente úteis: Educação para o trabalho e pelo trabalho;
4. vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;
5. vínculo orgânico entre processos educativos e processos produtivos;
6. gestão democrática;
7. auto-organização dos estudantes;
8. criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores;
9. combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais (mst.org.br/educação, 30/03/04).

Nessa perspectiva, seus princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, como mecanismo de concretização dos próprios princípios filosóficos, que devem estar sempre ligados a algumas linhas metodológicas de trabalho implementadas nas escolas do MST. Dentre as quais destacamos que:

1. a escola precisa preparar as crianças e os jovens no meio rural. Desenvolver o amor pelo trabalho na terra e trazer conhecimentos que ajudem concretamente o assentamento a enfrentar seus desafios na produção, na educação, na saúde, na habitação, etc.;
2. o ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade. O ponto inicial para desenvolver os conteúdos das várias matérias de ensino deve ser as próprias experiências de trabalho organizados pelas crianças e pelos jovens no assentamento;
3. um grande desafio para a escola é ajudar no desenvolvimento cultural do conjunto do assentamento. A escola não precisa restringir sua atuação à sala de aula. Através dos próprios alunos, a escola pode participar e organizar campanhas de alfabetização de adultos, o jornal da comunidade, festas culturais, fazer reflexão sobre estas atividades para que sejam mais uma experiência que se integre ao conjunto das aulas;
4. o aluno precisa ter vez e voz na escola, trazendo seu saber e as lições da luta para integrar o currículo;
5. construir uma metodologia de aprendizagem-ensino, em que a relação prática-teoria-prática consiga inverter a própria lógica usual da apropriação e produção do conhecimento. O MST procura implementar programas específicos de capacitação para os professores que trabalham nestas escolas;

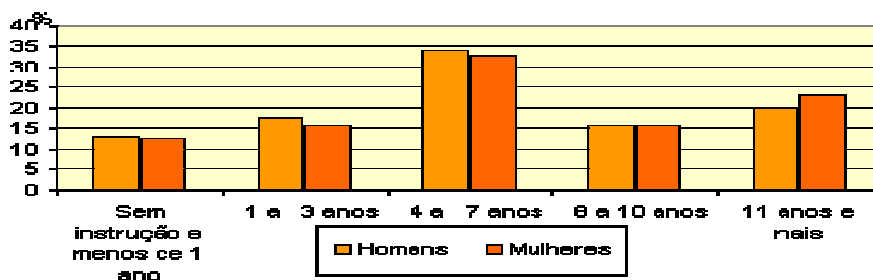
6. a escola também é um lugar de viver e refletir sobre os valores do novo homem e nova mulher, eliminando vícios como o individualismo, o autoritarismo, o machismo e a falta de solidariedade, relações degradadas pela sociedade capitalista. A escola, pelas experiências de relacionamento coletivo que proporciona às crianças e aos jovens, pode ajudar a desenvolver os valores do companheirismo, da igualdade, da fraternidade e o próprio valor da busca coletiva e solidária da felicidade, através da luta perseverante pela justiça e pela paz no mundo (caderno, 08 – “Princípios da Educação no MST”).

Os argumentos do MST ganham mais consistência à medida que verificamos que o número de analfabetos no Brasil ainda é bastante elevado, pois o período de permanência na escola ainda é muito pequeno, para as mulheres e menor ainda para os homens, como poderemos ver nos gráficos abaixo.

Anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais (%) – 2001	Homens	mulheres
Sem instrução e menos de 1 ano	12,8	12,5
1 a 3 anos	17,4	15,7
4 a 7 anos	33,8	32,5
8 a 10 anos	15,6	15,7
11 anos e mais	20,1	23,2

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001.

Anos de estudo das pessoas de 10 anos e mais – 2001



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

Embora o índice de analfabetismo seja grande, ele é maior entre os homens, pois, como podemos perceber, as mulheres têm tido maior acesso ao ensino superior do que os homens, fato que pode ser explicado, possivelmente, pela maior oferta de vagas em cursos nas áreas de formação de professores, onde elas aparecem mais e outras cujos custos são menores por não demandarem grandes investimentos pelas universidades e faculdades privadas visto que, de acordo com o INEP, em apenas cinco anos, o número de cursos de graduação presenciais cresceu 107%, passando de 6.950 cursos em 1998, para 14.399, no final de 2002, período em que foram abertos, em média, 1.490 cursos por ano,

124 ao mês e quatro a cada dia, sendo que essa expansão ocorreu, principalmente, na rede privada, que passou de 3.980 para 9.147 cursos, concentrando 63,5% do total.

Em decorrência dessa expansão houve grande aumento do número de matrículas na rede privada, visto que em 2002 estavam matriculados nos cursos de graduação presenciais 3.479.913 alunos, cerca de 450 mil a mais do que em 1998. Esses dados ajudam a demonstrar que a rede particular ampliou sua representatividade em relação ao número de estudantes, pois se em 1998 as instituições particulares detinham 62% das matrículas, em 2002 esse índice subiu para 70%, elevando em cinco anos o número de alunos na rede privada em 84%, enquanto que nas instituições públicas esse índice foi de apenas 31%. Outro dado que chama a atenção é o fato de que a matrícula continua concentrada na Região Sudeste do país, onde estão 50% dos estudantes, com 58%, desses alunos em cursos noturnos, destinados principalmente a estudantes trabalhadores.

O dado mais preocupante dessa expansão do ensino superior é que esse crescimento ocorreu com padrões de qualidade discutíveis, pois suas finalidades são meramente econômicas. Uma expansão privada que tende a se esgotar rapidamente, pois está condicionada à renda da população. Além disso, nas instituições privadas o índice de inadimplência vem num movimento crescente, atingindo cerca de 30% da matrícula, demonstrando os limites desse crescimento. Outro fator que nos chama a atenção é que nas regiões mais pobres do país não houve aumento do acesso à educação superior.

Como forma de expandir a educação superior, o MEC vem estimulando a abertura de cursos noturnos, a interiorização das universidades e o preenchimento das vagas ociosas no setor público, dado que apenas 9% da população de 18 a 24 anos estão matriculados nesse nível de ensino, enquanto que em países como Bolívia e Chile esses índices ultrapassam a casa dos 20%.

Devido ao forte investimento de poderosos grupos econômicos na criação de faculdades privadas, nos últimos cinco anos tem se evidenciado uma diminuição na relação candidato/vaga nos processos seletivos do conjunto de instituições de ensino. Prova disso é que em 1998, para cada vaga no ensino superior geral havia 3,7 inscritos, número que caiu para 2,9 em 2002, apesar do aumento da demanda por vagas na educação superior pública, cuja disputa passou de 7,7 candidatos/vaga em 1998 para 9,4 em 2002, enquanto que na rede privada, há cinco anos, havia 2,2 inscritos por vaga, chegando a 1,6 em 2002.

Para se ter uma dimensão da importância dada ao ensino particular no nível superior a partir de 1994, é preciso levar em conta que no ano de 2002, 466.260 alunos receberam diplomas dos cursos de graduação. Desse total, 68% terminaram os estudos em instituições privadas, número compatível com os 70% de participação do setor em relação à matrícula.

Se tomarmos por base o número de ingressantes em 1999 e concluintes em 2002, poderemos verificar que cerca de 40% dos alunos que ingressaram nas faculdades naquele ano não terminaram os seus cursos no tempo mínimo por motivos que vão desde a retenção, mobilidade dos estudantes entre as instituições e cursos até a evasão, derivada da inadimplência que, como se disse antes, chega à casa dos 30% nesse setor.

Com o aumento do número de faculdades, há conseqüentemente uma maior demanda por professores, elevando-se a quantidade daqueles que atuam nesse meio, fazendo com que, somente no ano de 2002, o número de funções docentes nos cursos de

graduação presencial crescesse 11,6%. Se tomarmos por base o ano de 1998, verificaremos que esse aumento foi da ordem de 38%.

De acordo com os dados do IBGE, 227.884 professores estavam em exercício no ano de 2002, sendo que 63,1% deles trabalhavam na rede privada para atender a 70% dos alunos, demonstrando um quadro mais que deficiente que a rede estatal, na relação professor/aluno. Em 1998, as instituições particulares contavam com apenas 49,3% dos docentes. Essa expansão da quantidade de professores nas instituições privadas vem acompanhada pelo crescimento do número de doutores, tanto no setor público quanto no privado, pois em 2002, 21,6% dos professores, ou 49.287 docentes, tinham essa titulação contra apenas 31.073, equivalente a 18,8% do total em 1998.

O expressivo crescimento absoluto do número de doutores no setor privado, que passou, em cinco anos, a ter mais dez mil professores com essa titulação, se dilui quando se identifica que, no mesmo período, seu quadro docente teve acréscimo de 62 mil docentes. Enquanto isso, as IES públicas passaram a contar com apenas 268 docentes a mais, embora seus quadros se qualificassem com o incremento de oito mil doutores, o que evidencia o maior investimento do setor público na qualificação de professores, mesmo que a qualidade do atendimento tenha se deteriorado à medida que mais alunos passaram a ser atendidos por um número de professores qualitativamente menor.

Embora tenha crescido o número de cursos superiores e aumentado o número de mestres e doutores nas faculdades públicas e privadas, muitos professores do ensino infantil e fundamental ainda não contam com uma formação adequada, pois o Brasil conta com mais de 2,6 milhões de professores na educação básica e superior, responsáveis pela educação de 57,7 milhões de brasileiros.

Se no ensino superior há grande investimento do setor privado, o mesmo não acontece nas faixas de ensino infantil, fundamental e médio, dado que cerca de 80% dos docentes que trabalham nesses níveis atuam em escolas públicas. É ainda importante ressaltar que somente 15% do total dos professores lecionam em escolas rurais. As condições de trabalho desses profissionais também são díspares, pois, de acordo com os dados do INEP/MEC, 45% dos profissionais de educação trabalham em escolas públicas sem biblioteca, 74% em estabelecimentos sem laboratório de informática e cerca de 80% não contam com laboratórios de ciências, sendo que nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, a ausência de bibliotecas atinge 94% dos profissionais.

Também chama nossa atenção o número de homens e mulheres que trabalham na área educacional, bem como o tempo de dedicação ao trabalho que variam de acordo com a disciplina e o nível de ensino. Nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, por exemplo, as mulheres representam mais de 90% do quadro profissional no País.

As condições de trabalho dos educadores não são duras apenas pela falta de condições físicas e materiais, mas também porque, via de regra, o número de alunos por turma pode ser considerado elevado em todos os níveis de ensino. Nas creches, por exemplo, a média é de quase 18 crianças por turma. No ensino médio, esse número ultrapassa os 37, sendo que mais de 20% das turmas desse nível de ensino no País contavam em 2002 com mais de 40 alunos (www.inep.gov.br, 20/3/2004). Além disso, os professores são obrigados a se submeterem a uma dupla ou tripla jornada de trabalho, o que compromete, em muito, o seu desempenho profissional.

Embora possamos verificar uma melhora na formação dos professores em todos os níveis de ensino, principalmente com a redução dos professores leigos na última

década, ainda é grande o número de professores que não possuem uma habilitação adequada, pois apenas 57% dos docentes que atuam na pré-escola, ensino fundamental e ensino médio possuem formação em nível superior (www.inep.gov.br, 20/3/2004).

Na pré-escola, somente 27% dos 259 mil docentes tinham nível superior, em 2002. Apesar do pequeno número, observa-se substancial melhora, pois em 1991, esse número era de apenas 17%. O índice de profissionais com o ensino fundamental incompleto também caiu de 6% para apenas 1%, nesse mesmo período. Considerando-se a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - magistério ou licenciatura, constatamos que 91% dos professores que atuam nesse nível de ensino possuem uma formação adequada (www.inep.gov.br, 20/3/2004).

No ensino médio, das 469 mil funções docentes, 89% têm a graduação completa e 79% deles fizeram curso de licenciatura. Nesse nível de ensino, no entanto, quase 11% dos docentes ainda possuem somente o ensino médio completo. Na educação superior, em 2001, 54% dos professores tinham mestrado ou doutorado concluídos, 31% possuíam somente especialização e cerca de 15% apenas a graduação. Em 1991, o percentual de mestres e doutores era somente de 35% (www.inep.gov.br, 20/3/2004).

Apesar da melhoria na formação dos professores ocorrida na década de 1990, visto que o ingresso nos cursos de graduação que oferecem licenciatura mais que dobrou passando de 166 mil, em 1991, para 362 mil, em 2002, neste período a matrícula cresceu de 556 mil para 1.059 milhões e o número de cursos passou de 2.512 para 5.880, com uma grande participação da rede pública, que concentra 3.116 cursos. Apesar do aumento no número de licenciados, a estimativa de novos postos para atendimento das metas do PNE mostra que haverá carência de mão-de-obra até 2006.

Considerando esses dados, somos forçados a concluir que a presença do MST foi fundamental para o despertar e o desenvolver do ensino no campo, tendo em vista o fato desse movimento reunir milhares de pessoas e deles cobrar maior participação na vida política do país servindo para ajudar a melhorar tanto a qualidade da escola como o nível de escolaridade daquele que é mais marginalizado pela sociedade em termos de acesso à educação, qual seja, o trabalhador rural de nosso país.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNIASSI, M. H. R. *Trabalhador infantil e escolarização no meio rural*, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1983.

ARGUMEDO, M. *Educacion y Desarrollo Rural, Sembrando Ideas*. Reflexiones para la educacion rural, Universidade Católica de Chile, Santiago, 1989.

GAJARDO, M. *Enseñanza Basica en las Zonas Rurales*. Chile: UNESCO/OREALC, 1988.

SANDRONI, P. *A questão agrária e o socialismo*, notas sobre problemas econômicos e políticos. In: STÉDILE João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

STÉDILE, J. P. *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

www.ibge.gov.br, 20/03/04.

www.inep.gov.br, 20/03/04.

www.mst.org.br/educação, 20/03/04.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEZERRA NETO, L. *Sem Terra Aprende e Ensina*: Estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais, Campinas, autores associados, 1999.

Caderno de Educação n 8 Princípios da Educação no MST 1996.

CALDART, R. S. *Educação em Movimento*: Formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis, Editora Vozes, 1997.

CALDART, R. S. *Formação de Educadores/as no MST* - Um currículo em movimento - mimeog, 1997.

FUNDEP, *Coragem de Educar*: uma proposta de educação para o meio rural. Petrópolis, Vozes, 1995.

GRZYBOWSKI, C. *Movimentos populares rurais no Brasil*: desafios e perspectivas. In: STÉDILE João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

HADDAD, S. e DI PIERRO, M. C. *A educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra em Bagé e Sarandi*. (RS) Brasília. DF: INEP, 1994.

KASSEFF, L. *Educação Rural*: como organizar a educação para as regiões em que competir à escola, além de suas funções ordinárias, uma mais intensa ação civilizadora. Rio de Janeiro, Jornal do comércio Rodrigues & Cia, 1934.

LEX, A. *Biologia educacional*. São Paulo, Companhia editora Nacional, 1973, 14ª edição.
Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.20, p. 133 - 147, dez. 2005 - ISSN: 1676-2584

- MAKARENKO. A S *Poema Pedagógico*. São Paulo, Editora brasiliense, 1985.
- MAKARENKO. A S. *Conferências sobre Educação Infantil*. São Paulo: Editora Moraes, 1981.
- MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- MARX, K. *A Luta de Classes na França*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Cátedra, 1986.
- MARX, K. *O Capital*. livro 1 vol. 1. Rio de Janeiro: editora civilização brasileira, 1975.
- MARX, K. *O capital*. t. 2 São Paulo: editora abril Cultural, 1983.
- PALMEIRA, M. J. de O. (coord) Col. Cidadania. *Educação e a Construção da Cidadania do Homem do Campo*. Editora OEA UFBA EGBA, 1990.
- Revista *Sem Terra*, ano 1 n. 1 jul./set. 97.
- Revista *Sem Terra*, ano 1 n. 2 out./dez. 97.
- RIZZOLI Á. *O real e o imaginário na educação rural*. Tese, Unicamp, Campinas, Poder 1936.
- SPEYER, A. M. *Educação e Campesinato, Uma Educação para o homem do meio Rural*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.